

COLLOQUIUM

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DE TEOLOGIA
ISSN: 2448-2722

O PEQUENO E O GRANDE: A JUSTIÇA NO PORTÃO (DEUTERONÔMIO 1:17)

The small and the great: justice at the gate (Deuteronomy 1:17)

Pedro Evaristo Conceição Santos*

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2786664792098453>

 <https://doi.org/10.58882/cllq.v8i1.160>

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo estudar a palavra qaton dentro de Deuteronômio 1:17, cujo significado usual, visto nas traduções para o português, é “pequeno”. O artigo é desenvolvido a partir de uma exegese no texto de Deuteronômio 1:17 e um trabalho comparativo com Êxodo 23:2,3 e Levítico 19:15 com o fim de identificar com clareza quem é o qaton de Deuteronômio 1:17. O artigo lida com a questão judicial e a possibilidade da parcialidade na justiça, seja em favor do qaton, seja em favor do gadol (“grande”).

Palavras-chave: Pequeno; Grande; Justiça; Parcialidade.

ABSTRACT: This paper aims to study the word qaton, whose usual meaning, since the translations into Portuguese, is "small." The article is developed from an exegesis of the text of Deuteronomy 1:17 and a comparative study with Exodus 23:2,3 and Leviticus 19:15, in order to clearly identify who is the qaton of Deuteronomy 1:17. The article deals with the litigation and the possibility of unjust preference in the justice, either in favor qaton either in favor of gadol ("great").

Keywords: Small; Great; Justice; Partiality.

* O autor é Mestre em Ciências da Religião pela UMESP e Doutor em Letras com concentração em Estudos Judaicos pela USP. Professor na área de Antigo Testamento, graduação e pós-graduação, na FTBSP e na FB Logos. E-mail: santosc1001@gmail.com

INTRODUÇÃO

A pobreza tem muitas colorações dentro dos livros bíblicos. Em todos os períodos da história, uma das dificuldades que as pessoas pobres têm é aquela relacionada ao acesso à justiça. Essa dificuldade é recorrente em todas as épocas da humanidade. O trabalho dos profetas foi clamar por justiça social, em muitas situações, devido ao descuido que se tinha por pessoas de tinham pouca ou nenhuma influência na sociedade de seu tempo, e seu acesso à justiça era dificultado por sua condição social. Profetas como Amós concentraram, em certos lugares de sua profecia, atenção com a injustiça contra os pobres do campo (SICRE, 2000, p. 222). Isaías, por sua vez, mesmo que não tenha concentrado atenção nos pobres, ele pregou contra a corrupção da elite de Jerusalém, cujo resultado afetava os menos favorecidos daquela sociedade, oprimindo-os (SICRE, 2000, p. 222).

Em Deuteronômio 1:17 temos uma palavra indefinida para se referir a uma pessoa pobre. Diz-se indefinida porque este artigo entende que não se sabe precisamente a quem ela se refere.¹ Tanto *gadol* (“grande”) como *qaton* (“pequeno”) são adjetivos masculinos, e, como adjetivo masculino, o termo *qaton* aponta para um ser humano do gênero masculino, sendo com isso excluídos aqueles do gênero feminino apontados pelas palavras “viúva” e “serva/escrava”. Portanto, o embate judicial ao qual o texto se refere acontece, hipoteticamente,² entre dois homens, sendo um chamado de *gadol* e outro de *qaton*, do ponto de vista da justiça (ou do juiz) encarregada de julgar um caso entre os dois.

O fato de os dois terem acesso ao serviço de um juiz, para julgar uma causa entre os eles, sugere que tanto um como o outro sejam homens livres. Como *qaton* está em uma questão judicial com *gadol*, tanto um como o outro somente terão sua questão julgada com o devido direito, se os juízes forem imparciais em seu julgamento.

Pelo contexto, as palavras *qaton* e *gadol* não dizem respeito a questões de altura, obviamente, mas a questões relacionadas à influência, ou poder de influência, a presença ou a falta desta, e a questão econômica. As razões para isso podem ser variadas. Porém, o que é levado em consideração pelo texto é que o *gadol* poderia usar de sua capacidade de influenciar a justiça para ganhar uma causa sobre aquele que é considerado *qaton*. O peso da influência do *gadol* poderia influenciar na decisão de quem estivesse julgando a questão

1 O pobre, estrangeiro, órfão, escravo, ou a outra pessoa que se enquadre dentro da definição de “pequeno”.

2 O texto não está se referindo a um caso concreto, mas a um evento que pode acontecer – e já deveria ter acontecido – e quando viesse a acontecer os que estavam na condição de julgar a questão deveriam saber como agir.

entre os dois. Por outro lado, o *qaton* por ser *qaton* também poderia acionar uma espécie de solidariedade com a parcialidade da parte daquele que tivesse a tarefa de julgar a questão entre os dois personagens.

1. A CONDIÇÃO DE QATON

A raiz *qaton* “denota pequenez tanto em quantidade quanto em qualidade” (COP-PES, 1980, p. 795). Assim, o adjetivo *qaton* tem a ver com a ideia de “pequeno” e com o sentido de “jovem”, mas em determinados contextos, com o sentido é de “insignificante” no aspecto socioeconômico (COP-PES, 1980, p. 795). É neste sentido que *qaton* é empregado em Deuteronômio 1:17. As palavras que pertencem ao grupo *qaton* procedem “de uma raiz semítica comum com o significado de ser estreito/apertado, ser fino/fraco” (CONRAD, 2004, p. 3). Este sentido está em harmonia com a ideia de pequenez, pois esta conotação negativa de “ser insignificante, ser fraco” é um uso “inerente ao grupo de palavras” *qaton* (CONRAD, 2004, p. 4).

Partindo da perspectiva acima, o *qaton* de Deuteronômio 1:17 é alguém com dificuldades particulares para enfrentar alguém que é considerado *gadol* pela justiça, a qual é convocada para dar uma decisão acerca de um conflito entre os dois. Assim, o termo *qaton* é colocado como sinônimo de desvantagem que alguém poderia levar para um tribunal em um conflito com um *gadol*. A palavra carrega o conceito de um parecer frágil diante do outro. Negativamente, ela é empregada em Deuteronômio 1:17 com a ideia de fazer uma avaliação. Do ponto de vista socioeconômico, ela avalia o indivíduo como *qaton* em sua comparação com o seu “oposto”, o *gadol*.

A palavra encontrada no Targum para tradução de *qaton* é *z'yr*. Palavras comumente usadas para sua tradução são “pequeno”, “jovem”, “pouco em número”.³ O Aramaico favorece a ideia que o que está por trás da palavra *z'yr* é o conceito relacionado a importância social dentro da comunidade. Isso é salientado quando se nota a palavra que traduz o Hebraico *gadol*, “grande”, para o Aramaico é *rv*. Esta pode ser traduzida por “largo”, “grande”, “importante”, “chefe”, “ancião”. Com isso concorda o “Glossário Aramaico-Português” da *Gramática do Aramaico Bíblico* que a traduz por “grande”, “chefe” (ARAÚJO, 2005, p. 313). A tradução para o Aramaico favorece a ideia que a peleja judicial, apontada em Deuteronô-

³ A palavra זעיר é traduzida por “pequeno” no Glossário Aramaico-português do livro *Gramática do Aramaico Bíblico*, p. 308.

mio 1:17, ocorre entre alguém que é sem importância dentro da comunidade, um *qaton*, e um líder, um chefe, alguém que goza de importância e respeito dentro da mesma comunidade por sua posição, um *gadol*.

Na tradução para o grego, a Septuaginta traduziu *qaton* por *mikrós*, “pequeno”, “jovem”, enquanto a palavra *gadol* foi traduzida por *mégas*, “forte”, “grande” (RUSCONI, 2003, p. 298, 310). A palavra *mikrós* é a palavra usual para traduzir *qaton*, e, como essa, ela também traz, entre outros conceitos, o de alguém ser insignificante (MICHEL, 1967, p. 649). A palavra *mégas*, por sua vez, apresenta seu sentido oposto a *mikrós*, pois tem sentido de seu correspondente hebraico, *gadol*. Desse modo, assim como expressa a ideia de pequenez ou insignificância, *mégas* apresenta a ideia de grandeza e significativa (GRUNDMANN, 1967, p. 530). Tendo essa comparação em vista, deve-se concluir que o Deuteronômio está fazendo um tipo de comparação da importância das duas pessoas que estão trazendo uma questão para ser julgada. Na sua avaliação, uma delas é chamada de “pequeno” e a outra de “grande”.

Portanto, o *qaton* é uma pessoa que se mostra desfavorecida dentro da comunidade porque sua condição social é inferior à daquele que está no outro lado da questão judicial, o *gadol*. O que está sendo avaliado pela palavra é a diferença na condição socioeconômica entre as duas partes na justiça.

2. ANÁLISE DO TEXTO DE DEUTERONÔMIO 1,17

2.1 Tradução de Deuteronômio 1:16,17 e dos textos paralelos em Êxodo 23:2,3 e Levítico 19:15

1:16“E eu ordenei os vossos juízes, naquele tempo, dizendo:⁴ Ouvir⁵ entre vossos irmãos e fareis justiça entre um homem e entre seu irmão e entre⁶ seu estrangeiro.”

4 A construção gramatical é muito comum em narrativa, principalmente no Pentateuco: *l* é a preposição prefixada ao infinitivo construído do verbo “dizer” (*le'mor*) – literalmente, “para dizer” (infinitivo de propósito), mas traduzida, comumente, por “dizendo”.

5 Aqui se encontra outro infinitivo, só que desta vez é o absoluto do verbo “ouvir”. Aqui ele é usado como imperativo (*shamoa'*): “ouvir” ou “ouvi”.

6 Deve ser notada a repetição da preposição “entre”, antes de cada uma das palavras “homem”, “irmão” e “estrangeiro”. Ela também aparece antes de “vossos irmãos”, fazendo com que seja uma especificação do que o texto quer dizer por “vossos irmãos”, colocando este tipo de estrangeiro, o “estrangeiro” como parte de “vossos irmãos”.

1:17“Não reconhecereis⁷ uma face no julgamento. Ouvireis tanto do pequeno quanto do grande.⁸Não tereis medo⁹ da face de um homem,¹⁰ porque o julgamento é para¹¹ o próprio Deus. E a palavra que é pesada¹² de (para) vós trareis perto para mim, e eu a ouvirei.”

23:2“Não estarás/serás¹³ atrás de muitos para males.¹⁴ E não responderás sobre uma disputa¹⁵ para (te) inclinar atrás de muitos para distorcer/perverter (uma decisão da corte).”

7 Aqui há um verbo hifil com uma negativa para salientar uma proibição que pode ser traduzida de forma veemente deste modo: “jamais reconhecereis”, proibindo desta forma qualquer iniciativa que vá na direção de uma decisão judicial parcial. Quando o verbo *nkr* (“reconhecer”) vem seguido pela palavra “face, rosto”, ele passa a comunicar a ideia de “mostrar consideração, no sentido de parcialidade por alguém” (dicionário da Bible Works 7), e este dicionário, como exemplo, cita Deuteronômio 1,17.

8 A construção gramatical aqui é “como pequeno como grande”, em que os objetos do verbo “ouvireis”, são precedidos pela repetição da preposição *k...k* (“como...como”), o que, segundo o BDB (1979, p. 454), é peculiar ao hebraico “para significar inteireza de correspondência entre dois objetos”. A implicação disso é que os juízes de Israel, segundo esta legislação, deveriam dar atenção tanto a um quanto a outro, independentemente de sua posição social dentro da comunidade.

9 O verbo apresentado no texto hebraico, “tereis medo”, vem de *gûr*, de cuja raiz também procede a palavra *ger*, “estrangeiro”. Entretanto, há três raízes verbais com a mesma forma de escrita, mas com significado diferente uma da outra. São elas: *gûr* I, “morar ou viver como estrangeiro/forasteiro/cliente, demorar-se como forasteiro”; *gûr* II, “hostilizar/atacar”; *gûr* III, “ter medo” (KIRST *et alli*, 1987. p. 39-40). Há aqui o que é chamado de raízes homônimas.

10 A frase “Não tereis medo da face do homem”, mostra a presença do verbo *gûr* III com *min* (“de”), ter medo de alguém ou alguma coisa. Em Deuteronômio 18,22 encontra-se a seguinte frase – “não terá medo dele”, numa referência a um falso profeta que não devia ser temido. Em Números 22,3 diz que Moabe tinha medo da presença do povo de Israel.

11 A preposição *l* (“para”) pode ser entendida tanto como “para” como “de”. Pela tradução desta pesquisa, foi-se entendido como ela estando apontando numa direção – “para Deus”. Porém, ela também pode ser entendida como de procedência, “de”. Assim, o julgamento corretamente realizado chegaria a uma decisão que seria entendida como sendo do próprio Deus. Tanto um como outro são possíveis. A primeira coloca Deus como o alvo maior para um julgamento justo. A segunda coloca a decisão dos juízes em um julgamento justo como sendo uma resposta divina ao caso.

12 “A palavra que é pesada” ou “a coisa ou assunto que é difícil”. Provavelmente seja uma referência a um problema de difícil solução.

13 A *Bíblia de Jerusalém* traduz esta frase inicial assim: “Não tomarás o partido da maioria para fazeres mal”. Esta é mais uma interpretação que uma tradução. O *Antigo Testamento Poliglota* a traduz por: “Não seguirás a multidão para fazeres mal”. O verbo inicial do versículo é “ser ou estar”. É um verbo estativo que aponta um estado ou uma condição. A forte negativa (“não”) proíbe de forma veemente a participação em um estado ou condição de violência coletiva contra alguém.

14 Esta declaração inicial é uma afirmação geral. O “mal” (ou “males”) será especificado a seguir, quando a figura de um tribunal é evocada e uma multidão (ou “muitos”) já tomou uma direção na tentativa de influenciar os juízes e as testemunhas. Os “males” têm três aspectos. O primeiro é que os que compõem o “muitos”, pela força numérica que representam, tentam influenciar a decisão do juiz. O segundo é que a decisão do “muitos” foi tomada sem ouvir os dois lados da questão. O terceiro e, talvez o mais importante, é que a decisão que o “muitos” tenta influenciar não é uma decisão divina porque ela carece de fundamentação nas evidências adquiridas na investigação dos juízes.

23:3“E o pobre¹⁶ não tratarás com distinção na sua disputa.”

19:15“Não farás injustiça no julgamento. Não levantarás a face do pobre¹⁷ e não honrarás a face do grande. Julgarás com justiça teu companheiro.”

2.2 O contexto de Deuteronômio 1:17

O texto está inserido dentro daquilo que é considerado o primeiro discurso atribuído a Moisés dentro do livro. Este bloco de literatura do Deuteronômio vai do capítulo 1:5 ao capítulo 4. Esta recapitulação de muitos eventos dentro da história de Israel, apresentada em forma de discurso em forma de sermão tem com propósito estabelecer uma espécie de introdução a todo o livro de Deuteronômio.

É dentro desse bloco literário que se encontra uma palavra para aqueles que haveriam de exercer um julgamento entre pessoas da comunidade. O contexto imediato do texto (Deuteronômio 1:12-16, 18) aborda a questão de escolha daqueles que seriam os líderes da comunidade e que teriam, como parte das suas funções, o dever de exercer a posição de juízes.

Este contexto mostra que eles eram instruídos a fazer julgamentos sem parcialidade. Provavelmente isso era parte da cerimônia de posse, onde o orador colocava, de forma pública, como os juízes deveriam agir no julgamento, e, com isso, destacava que, mesmo em situações muito difíceis, eles deveriam manter a postura de juízes divinamente encarregados para aquela posição.

Deuteronômio 1:16 coloca de forma específica que situação que está posta diante do tribunal da comunidade poderia ser “entre um homem e seu irmão ou o estrangeiro (*ger*) que mora com ele” (*Bíblia de Jerusalém* [BJ]). O *ger* já se identifica com alguém que não é da própria comunidade. Mas, quem é o “homem” e o teu “irmão”? Para esta pesquisa, “homem” aponta para alguém que está na posição de vantagem, ele é o *gadol*. A primeira razão para

15 A palavra traduzida nestes dois versículos por “disputa” (*riv*) aponta para uma contenda legal diante de um tribunal constituído para decidir uma questão entre partes (KIRST *et alli*, 1987, p. 227).

16 “Pobre” aqui é tradução da palavra hebraica *dal*.

17 A parcialidade no julgamento foi expressamente proibida. O juiz não poderia beneficiar o pobre [*dal*], nem o *gadol* (Êxodo 23,3). A justiça não deveria pender nem para um lado, nem para o outro.

se afirmar isso é que a palavra “homem” (*ʾîš*), dentro do livro de Deuteronômio, comumente aponta para quem é livre e está em posição de vantagem.¹⁸

A segunda razão é a própria construção da frase no versículo 16. Numa tradução mais literal, a última colocação do versículo 16 diz: “entre um homem e entre seu irmão e entre seu estrangeiro”. Isso quer dizer que o problema seria de um homem com seu “irmão” e (ou) com o seu estrangeiro. Mas estrangeiro de quem? Do homem ou do seu irmão? Para o texto é o estrangeiro do homem de quem são dependentes o “seu irmão” e o estrangeiro, acolhido sob a proteção daquele homem. Assim, tanto o “irmão” quanto o “estrangeiro” são aqueles que desfrutam de desvantagem social. Eles são os dependentes do “homem”, o qual é livre e proprietário de terras. Neste caso, o “irmão” e o “estrangeiro” são identificados pela palavra *qaton* no versículo seguinte.

2.2 O texto próprio: Os juízes instruídos

2.2.1 Elementos do texto

O primeiro elemento a considerar no versículo 17 é que ele começa com uma negativa forte antecedida pelo advérbio de negação. Como o verbo seguido pela negativa é um imperfeito, o orador estaria proibindo uma ação antes que ela começasse: “Não reconheceis uma face”. Face é representativo daquilo que a pessoa é externamente do ponto de vista do que se vê. Por isso a proibição proíbe o juiz ser tendencioso a uma decisão apenas pela questão visual. E o que o juiz do caso estaria vendo? Que um era *qaton* e o outro *gadol*. Esta visão limitada poderia ser a base de decisão de um juiz.

Um segundo elemento do texto é o contexto no qual o juiz estaria inserido e onde não deveria haver consideração do que uma pessoa era ou representasse. O contexto é “no julgamento”, onde artigo e preposição fazem com *mishpat* (“julgamento”) pareça ser o lugar

18 Notar Deuteronômio 1:16,23,31; 4:3; 8:5; 17:2,5,12; 20:5,6,7,8; 21:15,22; 22:13,16,18,22,23,24,25,26,28,29; 23:1; 24:1,2,3,5,11; 25:7,9; 27:15; 28:30,54,56; 29:19; 32:25; 33:1,8. Em dois lugares a palavra de qualificação da palavra *ʾîsh* merece destaque: em 17:15, quando da escolha do rei, é dito que ele não pode ser um homem estrangeiro [*ʾîsh nokrî*]; em 25:5 a mulher de um falecido, tendo ele irmão, é proibida de se casar com alguém fora do clã; aqui este homem fora do clã, ou de outro clã, é chamado de “homem estranho” [*ʾîsh zar*]. O “homem *zar*” é usado para um homem fora da família de Arão (Êxodo 29:32,33; 30:33; Levítico 22:10), um não levita (Números 1:52) e o “fogo estranho” que Nadabe e Abiú ofereceram em Levítico 10:1, culminando em suas mortes prematuras. No Salmo 81:9 (Hebraico 81:10) *zar* está em paralelo com *nekar*: “Não haja em ti deus estranho (*zar*) e não te dobres para deus estrangeiro (*nekar*)”.

onde as decisões judiciais eram tomadas (*bammishpat*). *mishpat* volta a aparecer neste mesmo versículo, apenas com o artigo definido, *hammishpat*. Antes, no versículo 16, aparece outra palavra ligada ao assunto de um tratamento judicial, “justiça” (*tsedeq*).

Além dessas duas palavras, ainda aparece o verbo “julgar”. Este aparece como participio no versículo 16 para se referir aos juízes. Os juízes são denominados como “aqueles (ou os que) vos julgam”. Ele aparece como verbo finito no perfectivo ainda no versículo 16, “julgareis”, no sentido tomar uma decisão justa, haja vista que vem seguido da palavra “justiça”.

A pergunta que se faz é: o que essas palavras têm a ver com um tribunal e as decisões judiciais que ali seriam tomadas? Qual a importância delas aqui e para o livro inteiro de Deuteronômio?

Em primeiro lugar, a construção gramatical apresenta cada palavra como sendo uma caracterização do processo judicial que está em curso entre o *qaton* e o *gadol*. O primeiro elemento deste processo judicial é os juízes – estes são aqueles que julgam ou agem como quem julga. Eles já foram apontados pelo povo para essa posição, sendo que eles deveriam apresentar determinadas características apropriadas para a posição.

Deuteronômio 1:13 diz que os juízes deveriam ser, segundo a BJ, “sábios” (*hakamim*), “inteligentes” (*nebonim*) “e competentes” (*widu'im*).¹⁹ Essas qualidades são essenciais para que os juízes entendessem que o *mishpat*, sentença ou julgamento, era de (ou para) Deus. Tais qualidades deveriam demonstrar que sua primária devoção era ao Deus de Israel. Assim, os juízes deveriam ser vistos como representantes divinos na decisão que tomavam. A decisão deles seria considerada como se fosse a decisão que o próprio Deus de Israel tomaria.

Em segundo lugar, como segundo elemento do processo de julgamento está o verbo “julgar”. Ele aparece como qal perfectivo, “julgareis” no versículo 16. Olhando para o evento como uma ação acabada, onde o verbo aponta não somente para o processo todo, mas, principalmente, para a decisão a ser tomada. Por isso ele aponta não somente para aquele

19 Das três palavras que caracterizam os juízes, duas são participios e uma é um adjetivo. A primeira é um adjetivo. Ela aponta para homens cuja capacidade de julgamento, ou a sabedoria para este julgamento, foi adquirida pela experiência. A segunda é um nifal participio do verbo “entender”, o qual põe em destaque a capacidade de discernimento dos juizes. Poder-se-ia dizer que esta característica completa a primeira. Aqueles que são sábios aprenderam pela experiência na vida a serem “entendidos”, o que tem capacidade de discernimento. Finalmente, a palavra *yedu'im* é um qal participio passivo do verbo “saber, conhecer”. Como perífrase, este participio passivo poderia ser traduzido assim: “aqueles que têm tido saber/conhecer”.

que está agindo como juiz, mas também para quem que, como juiz, está tomando uma decisão. Daí se entender por que ele vem sucedido do terceiro elemento de todo este processo judicial,²⁰ “a justiça”. Como substantivo masculino, ele fala de aquilo que é certo. Assim, tomar a decisão correta é fazer justiça. Com a justiça feita, aquele a quem a justiça foi feita obteve sucesso²¹ no julgamento.

Em terceiro lugar, o último elemento desse processo judicial é *mishpat*. Esta palavra aparece duas vezes no versículo 17 (“no julgamento”; “o julgamento”). Ela tem formas de tradução diferentes, dependendo da versão: A versão²² da Sociedade Bíblica do Brasil encontrada no *Antigo Testamento Poliglota* traduz as duas ocorrências assim – “no juízo” e “o juízo”; a *Bíblia de Jerusalém* – “no julgamento” e “o julgamento”; a *Bíblia do Peregrino* – “na sentença” e “a sentença”.

Olhando a tradução apresentada acima: “Não reconhecereis uma face no julgamento. Ouvireis tanto do pequeno quanto do grande. Não tereis medo da face de um homem, porque o julgamento é para o próprio Deus...”, nota-se que a primeira ocorrência de *mishpat* pode corretamente ser traduzida por “julgamento”, entendendo que a palavra acentua o processo que está em desenvolvimento naquele tribunal, principalmente porque a palavra aparece seguida de uma proibição para que a pessoa de alguém não seja reconhecida como base para se dar uma sentença no processo judicial.

Aqui ela se aproxima mais do sentido pretendido pela *Bíblia de Jerusalém*, “julgamento” e pela tradução seguida pelo *Antigo Testamento Poliglota*, “juízo”. Este contexto de um processo judicial em desenvolvimento pode também ser entendido pela preposição *b* e o artigo *h* prefixado à palavra *mishpat*. A preposição *b* pode ser traduzida por “em, dentro de” e também por “em meio de, entre” (KIRST *et alli*, 1987, p. 21). Esta forma de traduzir a preposição aponta para o contexto em que o processo está sendo desenvolvido. Além da preposição, o verbo ouvir na frase seguinte, “Ouvireis tanto do pequeno quanto do grande” aponta para um procedimento que deve ser desenvolvido para que a decisão final no processo judicial seja acertada.

20 O emprego do artigo masculino “o” aqui é porque é um *tsedeq* substantivo masculino, “o que é correto, normal; justiça” (KIRST *et alli*, 1987, p. 203).

21 Outro significado para *tsedeq* (KIRST *et alli*, 1987, p. 203).

22 Bíblia Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição, 1993.

Na segunda ocorrência da palavra em Deuteronômio 1:17, ela tem mais o sentido de “sentença”.²³ Assim, sentença não mira o processo judicial em desenvolvimento, mas o resultado daquele processo – a sentença que vai condenar um e libertar o outro. Esse sentido é favorecido pelo próprio texto. A declaração, “Não tereis medo da face de um homem”, destaca que o resultado do julgamento, ou do processo judicial, não poderia ser influenciado pelo que uma pessoa era ou representava.

Assim, a sentença deveria ser imparcial. Além disso, “porque o julgamento é para o próprio Deus”, onde o Deus de Israel é colocado como o juiz final e que o resultado seria considerado como uma sentença divina. Se os juízes decidissem por uma sentença equivocada, eles estariam expondo a um entendimento errado o próprio Deus. Por isso, decidir por uma sentença como se fosse a sentença do próprio Deus atraía uma grande responsabilidade sobre os juízes.

Weinfeld estabelece que as palavras “julgamento e justiça estão relacionadas ao contexto de justiça social dentro de Israel (1995, p. 30). Deste modo, quando o texto começa ordenando aos juízes “fazer justiça”, o escritor estava ordenando aos juízes um julgamento justo, o qual somente seria feito se eles se dessem ao trabalho de ouvir – ponto fundamental no processo de julgamento – cada parte envolvida, para poder estabelecer o julgamento correto. E por que ouvir antes de fazer justiça? Para que, depois de ouvir as partes, os juízes tivessem como fazer a justiça – diante do que foi dito, decidir quem é certo e quem é errado e apontar qual a pena, ou não, de cada um.

A implicação disso é que quando a “face”, ou o que cada um representava, era o critério de justiça, de fato não haveria justiça. Haveria uma perversão porque o direito de um seria pervertido em detrimento do direito de outro. A justiça feita tem a ver com uma decisão que seja livre de pressão de quem quer que seja e que seja tomada de acordo com a verdade do que aconteceu.

Assim, a justiça social era o produto que resultava do trabalho dos juízes formado pelos juízes, e a decisão judicial que viria a ser tomada pelos eles, com base na justiça feita. Era social porque ela beneficiaria a sociedade formada pelo *qaton* e pelo *gadol*.

Além disso, deve-se levar em consideração que toda esta “organização judicial” era formada por pessoas do povo, escolhidas por ele, e a quem cabia a função de julgar, o “tu” e

²³ Entre as alternativas de tradução para *mishpat* está a opção de traduzi-la por “sentença arbitral, decisão legal” (KIRST *et alii*, 1987, p. 146).

o “vós”, não ao rei. Em Deuteronômio 17:14-20 não é dada ao rei a função de juiz, mas é dada àqueles que seriam escolhidos (Deuteronômio 1:12-16).

2.2.2 Os textos paralelos de Êxodo e Levítico

Êxodo 23:3: a testemunha deve ser verdadeira. Deuteronômio 1:17 não está só na sua defesa da justiça social em favor do qaton. Outros livros do Pentateuco, Êxodo e Levítico, apresentam textos correlatos que, enquanto Deuteronômio 1:16-17 trata como qaton, esses livros colocam especificamente como sendo um dal (“pobre”). Em Levítico 19:15 parece haver um refinamento de uma legislação mais antiga e que precisou ser adaptada ao seu tempo, e em Êxodo 23:3 onde a proibição é dada para aquela ação judicial que não buscasse beneficiar o pobre por ser pobre nem o rico por ser rico. Esse elemento aponta para uma legislação que mostra que a justiça social não pode ser pendente para um lado. Se ela é justiça social, então ela deve ser feita para qualquer membro da sociedade – seja ele qaton, seja ele gadol.

Os textos citados de Êxodo e Levítico não apresentam as mesmas figuras que Deuteronômio 1:17 apresenta – qaton e gadol. Mas outros elementos correlatos estão na escrita desses livros. O primeiro texto, em sua ordem de aparição dentro da BH, é Êxodo 23:2-3. Estes versículos pertencem ao bloco de literatura do livro de Êxodo denominado de Código da Aliança (20:22-23,19). O ambiente a que se relaciona este texto mostra o povo em seu estabelecimento no campo, ou na sua propriedade, e tendo um processo judicial em andamento. O versículo 2 destaca uma forte proibição sobre alguém que está na condição de julgar para que ele não distorça uma sentença por causa da pressão de “muitos”, mesmo que isso seja para favorecer um homem pobre (dal).

A palavra para este processo judicial é rîb. Ela pode ser traduzida por “contenda”, “controvérsia”, “disputa”, “causa” (SCHÖKEL, 2010, p. 617). O verbo, do qual rîb procede, em sentido primário parece ter sido aquele relacionado ao combate físico (CULVER, 1980, p. 845). Mas daí houve desenvolvimentos para a disputa verbal e para a questão judicial (CULVER, 1980, p. 845). O substantivo rîb traz este aspecto de um embate judicial e assim que ela deve ser entendida pelo contexto em que ela está colocada dentro de Êxodo 23.

Há um rîb. A comunidade está reunida e ela já tomou uma decisão em favor de um lado da disputa. Diante disso, distorções poderiam ser feitas. A proibição escrita no Código da Aliança tem os seguintes elementos: primeiro, mesmo que muitos tivessem tomado partido de um lado do rîb, a testemunha não deveria ser levada a torcer seu testemunho em fa-

vor do lado da maioria;²⁴ segundo, mesmo que de um lado fosse um dal, a pessoa que testemunhava deveria manter-se firme em suas convicções.

Juntamente com o que se tem escrito sobre Êxodo 23:2,3, deve-se colocar uma diferenciação entre a forma como se traduziu o versículo 3 e a tradução para português de algumas versões. A BJ traduziu este versículo da seguinte forma: “nem serás parcial com o desvalido no seu processo”. A Bíblia do Peregrino fez a tradução assim: “Não favorecerás o poderoso em sua causa”.²⁵ A versão encontrada no Antigo Testamento Poliglota colocou a tradução desta maneira: “nem com o pobre serás parcial na sua demanda”.²⁶

O problema encontrado nessas três versões para o português está na forma como elas traduziram o verbo ou como foi traduzida a palavra dal. A Bíblia do Peregrino entendeu que palavra dal deveria ser substituída por gadol, na sua tradução, enquanto a Bíblia de Jerusalém e a versão do Antigo Testamento Poliglota entenderam que o verbo deveria ser traduzido por “ser parcial”.²⁷ O aparato crítico da Bíblia Hebraica Stuttgartensia apresenta como hipótese duvidosa a possibilidade de gadol ser entendido no lugar de dal, e cita como exemplo Levítico 19:15, o qual será tratado mais adiante. Mesmo assim, este artigo entende que o aparato crítico não decide por esta possibilidade, mantendo o texto como está.

O problema com a Bíblia de Jerusalém e o Antigo Testamento Poliglota está no verbo traduzido por “ser parcial”. Ele tem o sentido de “honrar, respeitar, autorizar” (SCHÖKEL, 2010, p. 167). Por sua vez, a Septuaginta traduziu o texto hebraico assim: “e a pessoa pobre não mostrarás/terás misericórdia no juízo/julgamento”. Primeiro, ela traduziu dal por “pessoa pobre” e o verbo foi traduzido por um que tem a ideia de “ter ou mostrar misericórdia”.

Diante do que foi assinalado, o texto de Êxodo 23:2-3 está declarando uma proibição de parcialidade na justiça. A ordem colocada no versículo 2 destaca que ninguém deveria dar um testemunho falso por pressão de um grupo maior. O que o versículo 3 apresenta é que isso não deveria ser feito, mesmo que isso viesse a beneficiar um como o dal, um po-

24 O livro de Provérbios 24:28 tem um provérbio que é introduzido por verbo no jussivo, o que demonstra que isso não era preocupação somente de um legislador ou de uma legislação, mas também dos sábios dentro de Israel. Isso indica que o risco de alguém ser falsa testemunha era grande (“Que tu não sejas testemunha sem causa contra teu próximo, e enganes com teus lábios”).

25 “Poderoso” é pontuado por este sinal *, o qual remete a uma observação onde o tradutor salienta que a palavra é na realidade dal. Numa nota sobre este versículo, o tradutor coloca o seguinte comentário: “... no v. 3 o texto hebraico lê dal, desvalido, que muitos corrigem para gadol, pessoa importante, como o sentido parece pedir” (Bíblia do Peregrino, p. 150).

26 Tanto a BJ como a versão do Antigo Testamento Poliglota traduziram o verbo *hdr* por “ser parcial”.

27 A BJ e o Antigo Testamento Poliglota não dão justificativa por optarem traduzir o verbo *ntr* por “ser parcial”.

bre. Pois alguém poderia entender que por um dal até poderia valer uma exceção à regra. Mas como o Deus de Israel não é parcial, então, seu povo, como seu representante na terra, deveria agir de mesma maneira.

O que isso tem a dizer é que a condição social de alguém não poderia servir de motivo para a distorção proposital diante da justiça para favorecer um lado.²⁸ O livro de Provérbios 28:3 mostra que “um homem pobre”, mas com poder, pode ser um instrumento de opressão contra outros “pobres”: “Um guerreiro pobre e que oprime pobres (é) chuva que prostra e não há pão”. Para os sábios de Israel, a pobreza de um homem não era uma condição de inocência, ou mesmo um meio de produzir violência contra outros na mesma condição.

Nas Escrituras da Bíblia Hebraica, a condição social nunca é colocada como desculpa para se cometer atrocidades contra seu próximo. Se esta era uma preocupação dos sábios de Israel, muito mais de Moisés em Êxodo, Levítico e Deuteronômio, pois poderia ser que a condição econômica de alguém poderia atrair complacência do povo e de algum dos juízes. Entretanto, a legislação que regia a vida de um, regia a vida de outro, seja pobre, seja rico.

Deve-se destacar que há uma diferença entre o Deuteronômio 1:16-17 e Êxodo 23:2-3: enquanto em Deuteronômio a palavra é dirigida aos juízes, aqui ela é dirigida aquele que vai responder ou testemunhar²⁹ em um rîb. Também mais adiante, em Êxodo 23:6 aparece uma repetição do versículo 3, quase que palavra por palavra.³⁰ Porém, em lugar de dal aparece 'ebyon, fazendo com que as duas palavras pertençam ao mesmo campo semântico.

28 Para esta pesquisa, a opção das versões apresentadas, em não seguir o texto Hebraico nas suas traduções, pode ser justificada ou pela ideologia da “opção pelos pobres”, ou por falta de entender que o Deus de Israel leva ao extremo sua opção de agir imparcialmente, mesmo que isso viesse a beneficiar um pobre. Para ele, o pobre é um membro de seu povo, e, como tal, deve apresentar as qualidades exigidas de qualquer um dos membros de sua comunidade.

29 A segunda parte de Êxodo 23:2 trata disso: – “E não responderás sobre uma disputa para (te) inclinar atrás de muitos para distorcer/perverter (uma decisão da corte)”. O verbo *'nh* pode ser traduzido por “testemunhar” que também é “responder” só que em contexto judicial, como aqui (SCHÖKEL, 2010, p. 507).

30 Notar a tradução de 23:6: “Não torcerás a sentença do teu pobre na sua disputa”.

2.2.3 Levítico 19:15: outro desafio aos juízes

Mas, e Levítico 19:15? Ele afirma algo diferente ou complementar a Deuteronômio 1:16-17 e Êxodo 23:2-3? A tradução proposta para Levítico 19:15, “Não farás injustiça no julgamento. Não levantarás a face do pobre e não honrarás a face do grande. Julgarás com justiça teu companheiro”, apresenta um paralelo entre os verbos “levantar” e “honrar”. Esse paralelo pode ser notado por alguns detalhes a serem desenvolvidos nos parágrafos seguintes.

Em primeiro lugar, o verbo “levantar” tem um conjunto de significados abrangente que procede de seu emprego em diferentes troncos verbais do Hebraico. O tronco empregado em Levítico 19,15 é o *qal*. Entre os sentidos dados na tradução deste tronco estão o de “levantar” e “erguer” (SCHÖKEL, 2010, p. 451). Entretanto, Schökel acrescenta que este tronco pode formar um sintagma³¹ com o uso de “face” que, junto com o verbo “levantar”, pode ter o sentido de “conceder favor ou favoritismo, ser parcial”, o qual, segundo ele, é um uso comum dentro da Bíblia Hebraica (2010, p. 451).

O verbo “honrar”, por sua vez, além desse sentido, ele também pode ser traduzido com o sentido de “respeitar” ou “autorizar” (SCHÖKEL, 2010, p. 167). O texto de Levítico 19:15 não está proibindo o respeito ou honra que é devida ao ser humano que procura a justiça para dar uma resposta justa à sua questão. O texto está falando de uma honra que acarretará prejuízo ao outro lado que está tendo uma disputa judicial naquele tribunal. Esses usos dos dois verbos favorecem o entendimento que os dois verbos são de raízes diferentes, mas apresentam o mesmo significado. Para o autor, a condição social de uma pessoa não pode ser o motivo para ser beneficiado pela justiça.

Em segundo lugar, as duas frases começam com proibições para dar a entender que a ordem negativa dada é para que algo não comece a ser iniciado. Além disso, a frase concluinte do versículo mostra que a inclinação da justiça deve ser para fazer justiça tanto para o *dal* como para o *gadol*, onde os dois são qualificados pela palavra “próximo”, um “concidadão” ou mesmo um “parente” (SCHÖKEL, 2010, p. 505), para indicar que os dois pertencem a mesma comunidade e que são conhecidos um do outro.

31 “Uma unidade sintática, composta por um ou mais vocábulos que forma orações” (Wikipédia, vocábulo “Sintagma”, consultada dia 19 de fevereiro de 2013, às 11 horas).

Diante disso, Levítico 19:15 ilumina o entendimento de Êxodo 23:2.3, ao demonstrar que “julgar com justiça teu próximo” é julgar imparcialmente qualquer pessoa que chega com uma questão ao tribunal e ela tem que ser julgada e condenada, ou não, não por sua condição social, mas por sua culpa ou inocência.

Assim, estabelece-se que os três textos – Deuteronômio 1:16.17, Êxodo 23:2.3 e Levítico 19:15 lidam com o mesmo ponto – a imparcialidade deve ser a meta dos juízes ao julgar, e os que procuram tais juízes devem esperar que seu julgamento seja imparcial, e que este independe de sua condição social, porque é assim que o Deus de Israel julga o povo que a ele pertence.

Há, porém, uma unidade do propósito dos textos que é estabelecer uma justiça imparcial por parte dos juízes, das testemunhas e dos que estarão ali para assistir o julgamento, porém o foco dos três tem uma pequena diferença – enquanto os textos de Deuteronômio 1:16-17 e Levítico 19:15 colocam como alvo de suas palavras os juízes, o texto de Êxodo 23:2-3 mira aquele que vai testemunhar bem como a audiência do julgamento em andamento. Todos – juízes, julgados, testemunhas e audiência – devem esperar que uma justiça seja tão justa quanto seu Deus.

3. AMBIENTE DA JUSTIÇA – O PORTÃO

No contexto de escrita de Deuteronômio, o ambiente da justiça era o portão da cidade. Isso pode ser visto com Ló (Gênesis 19). Foi lá que os visitantes enviados pelo Senhor o encontraram, assentado na porta. Os homens de Sodoma que cercaram a sua casa, em busca de seus visitantes, o acusaram de querer ser juiz em tudo. Assentado à porta da cidade, ele buscava fazer justiça, provavelmente, aos menos afortunados.

Mais tarde encontramos Boaz (Rute 4), o qual, depois de decidir-se por Rute, resolve o problema das propriedades de Noemi e seu casamento com Rute na porta de Belém. Assentado ali, ele resolve as questões relacionadas às duas mulheres. Ao que parece, Boaz era alguém respeitado naquela comunidade. Como essas atividades judiciais eram públicas, todo o povo que estava ali, bem como aqueles que se assentavam com Boaz, desejou-lhe grandes bençãos (Rute 4:11).

O evento do dízimo do terceiro ano, um evento solene, é uma instrução presente em Deuteronômio 14:28-28 e 26:12-15, era um momento festivo para os pobres em Israel (levi-

ta, órfão, viúva e o estrangeiro).³² Como o evento era oficial, incluindo declarações públicas de lealdade ao mandamento divino, feitas pelo fazendeiro doador, e as pessoas atendidas eram os pobres daquela cidade, então é possível ver que essa festividade de doação era feita na porta da cidade, um lugar público onde o povo daquela cidade atestaria, ou não, as palavras do doador.

De Vaux (2003, p. 187) destaca que havia em Israel, como em seu mundo contemporâneo, três instâncias judiciais: a dos anciãos, a da realeza e a dos sacerdotes. Moisés instituiu que os anciãos decidissem os casos menos complexos, e os mais difíceis deveriam ser levados a ele (Êxodo 18). É possível que, antes da monarquia israelita, essa divisão permanecesse, ficando os casos menores para ser resolvido no portão da cidade, e os casos de maior complexidade, como os homicídios, por exemplo, a cargo dos sacerdotes e levitas. Mais tarde, com o início da monarquia, principalmente sob Davi (2 Samuel 14) e Salomão (1 Reis 3), determinados casos foram resolvidos pelos reis. Esses dois casos pareciam ser de grande complexidade pois envolvia a morte de pessoas.

No caso de Deuteronômio 1:16,17, o problema entre o *gadol* e o *qaton* não é especificado, mas a solução dessa contenda entre eles deveria ser proporcionada pela justiça no portão, pelo julgamento dos anciãos daquela comunidade no portão da cidade, pois nem os sacerdotes, levitas ou reis são mencionados no texto.

CONCLUSÃO

Assim, quem é o *qaton* de Deuteronômio 1:17? Usando os textos de Êxodo 23:2,3 e Levítico 19:15 com o fim de identificar com clareza quem é o *qaton* notou-se que ele é um *dal*, um homem pobre da comunidade. No âmbito socioeconômico, ao ser comparado com o *gadol*, o *qaton* é “pequeno”, não tem a importância daquele para aquela comunidade, mas nem por isso ele deve ser subavaliado pela justiça.

A relação entre *qaton* e *dal* foi demonstrada pela relação existente por meio da palavra *dal* presente nos textos de Levítico e Êxodo, os quais tratam da mesma questão. Esta identificação mostra que o *qaton* era alguém que pertencia às camadas dos desfavorecidos contempladas pela legislação do livro de Deuteronômio. Este trabalho comparativo, com os textos de Deuteronômio, Êxodo e Levítico, pontua que o *qaton* é um *dal*. Assim, o *qaton* é

³² Para maiores detalhes desse evento trienal, ver SANTOS, 2019, p. 182-202.

um *dal*. Entretanto, também pode ser um estrangeiro (Deuteronômio 1:16), ou mesmo o irmão do *gado*. De qualquer forma, ele é economicamente inferior ao *gado*, e, provavelmente, dependente dele, principalmente se for um “estrangeiro” ou “irmão” do *gado*.

Por outro lado, o relacionamento entre estes textos pode não somente ser obtido por meio da ideia central da imparcialidade no julgamento e por meio da identificação do *qaton* com o *dal*, mas também por meio de outro lado na disputa judicial de Deuteronômio 1:17, o *gado*. Em Êxodo 23:2-3 é apenas subentendido que há uma disputa judicial entre duas pessoas, sendo que uma é claramente identificada com um *dal*. Como esta pessoa é um *dal*, e ela não deve ser tratada de forma diferente apenas por ser *dal*, o que fica subentendido é que o que está no outro lado do processo judicial é um *gado*. Enquanto em Êxodo 23:2-3 este elemento é subentendido, em Levítico 19,15 ele é declarado: “Não levantarás a face do pobre e não honrarás a face do grande [*gado*]”.

Mais uma observação para finalizar – a imparcialidade não é permitida para nenhum lado: nem para o lado do *qaton* nem para o do *gado*. Como representantes divinos, os juízes deveriam tratar tanto um como o outro com justiça – da mesma forma.

Nos tempos pré-monarquia, a justiça era feita pelos sacerdotes ou pelos anciãos da cidade. O texto de Deuteronômio 1 pressupõe a justiça no portão da cidade. Esse era o melhor lugar, pois todos se conheciam e onde a justiça deveria ser feita como se fosse ação do próprio Deus.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Reginaldo Gomes. **Gramática do Aramaico Bíblico**. São Paulo: Targumim, 2005.

BROWN, Francis, DRIVER, S. R. & BRIGGS, Charles A. **The New Brown – Driver – Briggs – Gesenius Hebrew and English Lexicon**. Peabody, Massachusetts: Hendrickson Publishers, 1979.

CONRAD, J. קָטָן IN: **Theological Dictionary of the Old Testament**. Grand Rapids, Michigan / Cambridge, U. K.: William B. Eerdmans Publishing Company, 2004. Volume XIII. Editores: G. Johannes Botterweck e Helmer Ringgren.

COPPE, Leonard J. קָטָן IN: HARRIS, R. Laird, ARCHER JR., Gleason L., and WALTKE, Bruce K. **Theological Wordbook of the Old Testament**. Chicago: The Moody Bible Institute of Chicago, 1980. Volume 2.

CULVER, Robert D. קָטָן IN: HARRIS, R. Laird, ARCHER JR., Gleason L., and WALTKE, Bruce K. **Theological Wordbook of the Old Testament**. Chicago: The Moody Bible Institute of Chicago, 1980. Volume 2.

DE VAUX, R. **Instituições de Israel no Antigo Testamento**. São Paulo: Editora Teológica, 2003.

GRUNDMANN, W. μέγας IN: **Theological Dictionary of the New Testament**. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1967. Volume IV. Editor: Gerhard Kittel.

KIRST, Nelson, KILPP, Nelson, SHWANTES, Milton, RAYMANN, Acir, & ZIMMER, Rudi. **Dicionário Hebraico-Português & Aramaico-Português**. São Leopoldo, RS, e Petrópolis, RJ: Editora Sinodal e Editora Vozes, 1987. 21ª edição.

MICHEL, O. μικρός IN: **Theological Dictionary of the New Testament**. Grand Rapids, Michigan: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1967. Volume IV. Editor: Gerhard Kittel.

RUSCONI, Carlo. **Dicionário do Grego do Novo Testamento**. São Paulo: Paulus, 2003.

SANTOS, Pedro Evaristo Conceição. **Os invisíveis da terra em Deuteronômio**. Campinas: Editora Saber Criativo, 2019.

SCHÖKEL, Luis Alonso. **Dicionário Bíblico Hebraico-Português**. São Paulo: Paulus, 2010. 4ª edição.

SICRE, José Luis. **Introducción al Antiguo Testamento**. Navarra: Editorial Verbo Divino, 2000. 7ª Edição.

WEINFELD, Moshe. **Social justice in Ancient Israel and in the Ancient Near East**. Jerusalém: The Magnes Press, 1995 & Minneapolis: Fortress Press, 1995.

Bíblias

Antigo Testamento Poliglota – Hebraico, Grego, Português, Inglês. São Paulo: Vida Nova e Sociedade Bíblica do Brasil, 2003.

Bíblia Hebraica Stuttgartensia. Deutsche Bibelgesellschaft, 1990, 4ª edição.

Bíblia de Jerusalém, nova edição – revista e ampliada. São Paulo: Paulus, 2002. 8ª impressão de 2008.

Bíblia do Peregrino. São Paulo: Paulus, 2011. 3ª edição.

The Septuagint with Apocrypha: Greek and English. Peabody, MA: Hendrickson Publishers, 1986. 3ª impressão de 1990.